



CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

CONTADOR LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **06**:

Quando o Banco Central lançou o Pix em novembro de 2020, talvez nem o mais otimista dos especialistas imaginasse a velocidade e a profundidade com que o sistema transformaria o cotidiano financeiro dos brasileiros. Cinco anos depois, é possível afirmar com segurança: o Pix não é apenas um caso de sucesso em pagamentos instantâneos, mas sim uma das maiores histórias de inclusão e inovação financeira do mundo.

De acordo com o estudo “Geografia do Pix”, da Fundação Getúlio Vargas, mais de 90% da população adulta realizou pelo menos uma transferência via Pix em outubro de 2025. Isso significa que o Pix não só popularizou o uso do dinheiro digital, como também rompeu barreiras históricas de acesso a serviços financeiros.

O impacto é ainda mais expressivo quando olhamos para o mapa do Brasil. Segundo o estudo, os Estados da região Norte, como Amazonas, Amapá e Pará, estão entre os que mais utilizam o sistema, mesmo com valores médios de transação menores. Essa distribuição revela um movimento de inclusão real, no qual a conectividade, a educação digital e a confiança tecnológica começam a nivelar as oportunidades entre diferentes regiões do país.

Em um país em que o dinheiro físico ainda predominava, o Pix promoveu um novo comportamento financeiro, em que rapidez, conveniência e confiança passaram a ser valores percebidos por seus usuários. O brasileiro se digitalizou, assim como digitalizou seu negócio: o comércio, os serviços públicos e o varejo.

O Pix é, acima de tudo, uma vitória da inovação brasileira. Em um mundo onde muitas revoluções digitais vieram de fora, o Brasil exporta um modelo próprio eficiente, seguro e inclusivo, que hoje serve de referência a outros países. Ao celebrarmos esses cinco anos, o que vemos é mais do que um marco tecnológico: é a consolidação de um novo paradigma econômico, em que o dinheiro circula com agilidade e rapidez e as pessoas participam mais ativamente da economia digital. O futuro dos pagamentos será instantâneo e inclusivo e o Brasil já está na linha de frente dessa transformação.

(Jorge Iglesias, “Cinco anos de Pix: o Brasil no centro da revolução financeira digital”. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br>. Adaptado)

01. A partir da leitura do texto, é correto afirmar:

- (A) o Pix contribui para a redução de desigualdades regionais, ao democratizar o acesso ao serviço financeiro em todo o território nacional.
- (B) há cinco anos, quando o Pix foi lançado, os especialistas não acreditavam que o programa seria capaz de alcançar todas as regiões do país.
- (C) mesmo que o Pix tenha se popularizado, transações com dinheiro físico ainda são preferidas pela maior parte dos brasileiros.
- (D) o Brasil está à frente da digitalização da economia, adaptando o sistema de transferências por Pix em outros países.
- (E) a região Norte ainda está defasada na adesão ao sistema, uma vez que seus Estados não movimentam via Pix montante monetário relevante.

02. Considere os trechos a seguir:

- “... o Pix não é apenas um caso de sucesso em pagamentos **instantâneos**...” (1º parágrafo)
- “O impacto é ainda mais **expressivo** quando olhamos para o mapa do Brasil.” (3º parágrafo)

Considerando o sentido que expressam no contexto em que estão inseridos, os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- (A) efêmeros ... parco
- (B) repentinos ... irrelevante
- (C) imediatos ... significativo
- (D) resistentes ... persuasivo
- (E) duradouros ... importante

03. Assinale a alternativa em que a expressão destacada está empregada em sentido próprio.

- (A) “... como também **rompeu barreiras** históricas de acesso a serviços financeiros.” (2º parágrafo)
- (B) “... a educação digital e a confiança tecnológica começam a **nivelar as oportunidades** entre diferentes regiões...” (3º parágrafo)
- (C) “... o Pix promoveu um novo **comportamento financeiro**, em que rapidez, conveniência e confiança passaram a ser valores...” (4º parágrafo)
- (D) “... o que vemos é mais do que um **marco tecnológico**: é a consolidação de um novo paradigma...” (5º parágrafo)
- (E) “... e o Brasil já está na **linha de frente** dessa transformação.” (5º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que o acréscimo da vírgula preserva a norma-padrão de pontuação e o sentido original do texto.

- (A) ... talvez nem o mais otimista dos especialistas imaginasse, a velocidade e a profundidade com que o sistema transformaria... (1º parágrafo)
- (B) ... mais de 90% da população adulta, realizou pelo menos uma transferência via Pix em outubro de 2025. (2º parágrafo)
- (C) O impacto é ainda mais expressivo quando olhamos, para o mapa do Brasil. (3º parágrafo)
- (D) Em um mundo onde muitas revoluções, digitais vieram de fora... (5º parágrafo)
- (E) O futuro dos pagamentos será instantâneo e inclusivo, e o Brasil já está na linha de frente dessa transformação. (5º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que a palavra destacada indica circunstância de modo, como no trecho “Cinco anos depois, é possível afirmar **com segurança**...” (1º parágrafo).

- (A) “... **talvez** nem o mais otimista dos especialistas imaginasse a velocidade...” (1º parágrafo)
- (B) “... Amazonas, Amapá e Pará, estão entre os que **mais** utilizam o sistema...” (3º parágrafo)
- (C) “Em um país em que o dinheiro físico **ainda** predominava...” (4º parágrafo)
- (D) “... o Brasil exporta um modelo próprio **eficiente**, seguro e inclusivo...” (5º parágrafo)
- (E) “... as pessoas participam mais **ativamente** da economia digital.” (5º parágrafo)

06. No trecho “... como Amazonas, Amapá e Pará, estão entre os que mais utilizam o sistema, **mesmo** com valores médios de transação menores.” (3º parágrafo), o termo destacado estabelece relação de sentido de

- (A) causa.
- (B) adição.
- (C) condição.
- (D) concessão.
- (E) comparação.

07. Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- (A) O novo sistema de transferências transformou profundamente o modo como os brasileiros têm se relacionado com dinheiro.
- (B) Está democratizado atualmente, no Brasil, transações financeiras eletrônicas para quase toda a população adulta.
- (C) Estados como Amazonas e Pará demonstra ampla adesão ao sistema, ainda que com valores, em média, menor.
- (D) A rapidez e a conveniência, desde 2020, tornou-se atributo indispensável, no dia a dia das transações financeiras.
- (E) Os cinco anos de Pix sinaliza uma mudança profunda no modo como a economia digital atualmente é visto no Brasil.

08. Considere o texto a seguir:

O Pix ajudou _____ quebrar barreiras históricas de acesso _____ transações financeiras formais. O sistema tornou-se referência global, contrariando _____ lógica de que grandes inovações vêm sempre de fora e posicionando o Brasil como protagonista de um futuro de pagamentos disponíveis _____ todos.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) à ... as ... à ... a
- (B) a ... às ... a ... a
- (C) a ... às ... à ... à
- (D) à ... às ... à ... à
- (E) à ... as ... a ... a



(Charles M. Schulz, *Minduim*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos>)

09. A partir da leitura da tira, conclui-se que

- (A) o cão considera que não é obrigado a exercer bem a função de guarda, pois está desprovido de direitos trabalhistas.
- (B) o cão reivindica salário digno, pois os benefícios oferecidos por seu dono não são suficientes para as suas despesas.
- (C) o cão justifica que está incapacitado de exercer a função de guarda e depende de benefício previdenciário para sobreviver.
- (D) o garoto é considerado um bom empregador pelo cão, porque garante todo o necessário para que ele exerça função de guarda.
- (E) o garoto se considera negligente com o cachorro, pois não consegue suprir todas as demandas trabalhistas que o cão almeja.

10. Assinale a alternativa em que a fala “Eu te alimento bem e você tem uma boa casa.” (2º quadro) está reescrita conforme a norma-padrão de emprego e colocação de pronomes.

- (A) Eu sempre alimentei-lhe bem além de ter dado-lhe uma boa casa.
- (B) Eu sempre lhe alimentei bem além de o ter dado uma boa casa.
- (C) Eu sempre o alimentei bem além de ter lhe dado uma boa casa.
- (D) Eu sempre alimentei-o bem além de ter dado-lo uma boa casa.
- (E) Eu sempre alimentei-o bem além de tê-lo dado uma boa casa.

11. Uma quitanda tem em estoque ovos brancos em bandejas com 24 unidades cada, e ovos vermelhos em bandejas com 15 unidades cada. Considerando o total de unidades de ovos em estoque, há 2 ovos vermelhos para cada 5 ovos brancos.

Portanto, o número mínimo de bandejas de ovos em estoque nessa quitanda é igual a

- (A) 38.
- (B) 39.
- (C) 40.
- (D) 41.
- (E) 42.

12. Uma empresa conta com 2.700 funcionários e, no início do ano de 2025, identificou que apenas uma parte deles fazia exames médicos de rotina. Ao longo daquele ano, um total de 252 funcionários foram afastados por problemas de saúde, sendo que, entre os funcionários que faziam exames de rotina, 3% se afastaram e, entre os demais funcionários, 12% se afastaram.

O número de funcionários dessa empresa que foram afastados por problemas de saúde em 2025 e que no início desse mesmo ano faziam exames médicos de rotina é igual a

- (A) 24.
- (B) 33.
- (C) 48.
- (D) 51.
- (E) 54.

13. Todos os auditores de certa empresa fizeram a avaliação de dois relatórios, P e Q, na ordem em que desejaram, e eles tiveram três semanas para concluir as duas avaliações. Na primeira semana, cada um dos auditores fez apenas uma avaliação, sendo a razão entre o número de relatórios P avaliados e o número de relatórios Q avaliados igual a $\frac{1}{6}$. Na segunda semana, apenas parte dos auditores fez avaliação de relatório, sendo que 108 fizeram a avaliação do relatório P, e 37 fizeram a avaliação do relatório Q, de maneira que, considerando todos os relatórios avaliados até a segunda semana, a razão indicada passou a ser igual a $\frac{3}{5}$. Na terceira semana, cada um dos auditores que não fez avaliação de relatório na segunda semana fez a avaliação que faltava.

O algarismo das unidades do número de auditores dessa empresa é igual a

- (A) 0.
 - (B) 1.
 - (C) 3.
 - (D) 5.
 - (E) 7.
14. Ana, Carla e Enzo prepararam um total de 672 doces para serem vendidos em uma feira. Ana trabalhou na produção de doces por 3 dias, produzindo a cada dia um mesmo número de doces. Carla fez, por dia, 12 doces a mais do que o número de doces que Ana fez por dia, mas Carla trabalhou por apenas 2 dias. O total de doces que Enzo preparou corresponde a um terço do total produzido por Ana e Carla.

O número de doces preparados por Ana excede o número de doces preparados por Enzo em

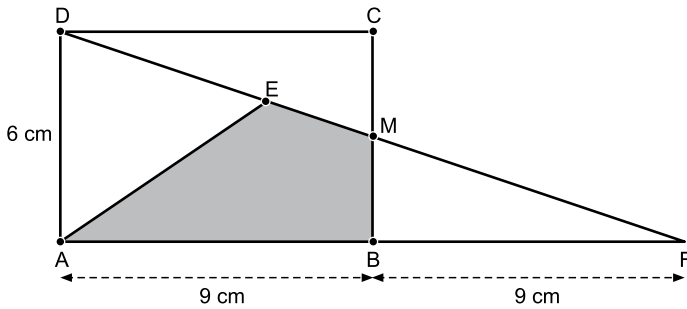
- (A) 100.
- (B) 110.
- (C) 120.
- (D) 130.
- (E) 140.

15. Em certo dia, 2.110 veículos, sendo eles carros ou caminhões, passaram por uma praça de pedágio. Nessa praça, o valor do pedágio para carro é R\$ 5,00, e o valor do pedágio para caminhão é R\$ 12,00.

Se o total arrecadado com o pedágio nesse dia foi R\$ 19.321,00, o algarismo das unidades do número de caminhões que passaram por essa praça de pedágio é igual a

- (A) 3.
 (B) 4.
 (C) 5.
 (D) 6.
 (E) 7.

16. No plano, ABCD é um retângulo, e AEF é um triângulo de 36 cm^2 de área. Nesse triângulo AEF, o ponto B está sobre o lado AF. O lado EF intersecta o lado BC do retângulo no ponto M, tal que $MB = MC$, conforme mostra a figura a seguir:



Qual é a área do triângulo ADE?

- (A) 12 cm^2
 (B) 15 cm^2
 (C) 16 cm^2
 (D) 18 cm^2
 (E) 21 cm^2

17. A produção de 80 litros de determinado líquido é feita por 6 pessoas, cada uma delas trabalhando por 4 horas.

Considerando que a produção desse líquido é proporcional ao número de pessoas por hora envolvidas no trabalho, o tempo que 21 pessoas levam para produzir 294 litros desse líquido é igual a

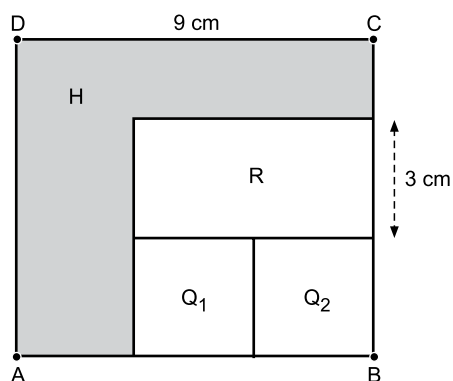
- (A) 3 horas e 24 minutos.
(B) 3 horas e 36 minutos.
(C) 3 horas e 48 minutos.
(D) 4 horas.
(E) 4 horas e 12 minutos.
18. Um espetáculo musical é composto por 35 dançarinos, sendo alguns homens, e os demais, mulheres. No início do espetáculo, cada uma dessas 35 pessoas está segurando algumas fitas, num total de 488 fitas. No decorrer da dança, cada dançarino homem pega uma fita de cada um dos outros 34 dançarinos (homens e mulheres), e cada dançarina mulher pega uma fita de cada dançarino homem. A cada vez que alguém pega uma fita, esta é lançada para a plateia; após todos os dançarinos pegarem e lançarem as fitas conforme descrito, as 488 fitas terão sido lançadas, e o espetáculo é finalizado.
- No início do espetáculo, quantas fitas, no total, as dançarinas mulheres estão segurando?

- (A) 174
(B) 196
(C) 216
(D) 234
(E) 250

19. Em uma reunião, estão presentes alguns economistas e 11 advogados. Considerando as 12 pessoas mais velhas nessa reunião, a média aritmética de suas idades é igual a 49 anos. Considerando apenas os advogados, a média aritmética de suas idades é igual a 48 anos. A pessoa mais velha desse grupo é um economista, e cada um dos demais economistas tem 31 anos de idade. O advogado mais novo do grupo tem 34 anos, e a média das idades dos economistas é igual a 32 anos.

O número de economistas desse grupo é igual a

- (A) 35.
 (B) 29.
 (C) 22.
 (D) 17.
 (E) 14.
20. Um retângulo ABCD foi dividido em 4 regiões: uma região retangular R; as regiões quadradas Q_1 e Q_2 ; e uma região H, cuja área é a metade da área do retângulo ABCD, conforme mostra a figura a seguir:



Sabendo que o perímetro da região Q_1 é igual a 12 cm, qual é o perímetro da região H?

- (A) 26 cm
 (B) 28 cm
 (C) 30 cm
 (D) 32 cm
 (E) 34 cm

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21.** Uma autarquia estadual adotou sistema eletrônico para seu processo de escrituração contábil e passou a utilizar livros auxiliares para detalhamento de determinadas contas patrimoniais.

Considerando as exigências formais e técnicas aplicáveis à escrituração e aos registros auxiliares, assinale a alternativa correta.

- (A) Na escrituração digital, é obrigatória a impressão periódica dos livros contábeis para posterior encadernação e autenticação física.
- (B) Os registros auxiliares estão dispensados de observância aos preceitos gerais da escrituração contábil, por possuírem natureza meramente gerencial.
- (C) A escrituração eletrônica dispensa a entidade de manter arquivo magnético autenticado, desde que os dados estejam em ambiente em nuvem.
- (D) Os registros auxiliares, quando adotados, devem obedecer aos mesmos preceitos gerais aplicáveis à escrituração contábil principal.
- (E) O Livro Diário pode ser substituído integralmente pelos registros auxiliares, desde que contenham detalhamento suficiente das transações.

- 22.** Uma entidade pública adquiriu um equipamento para uso em suas atividades operacionais. O bem foi instalado e encontra-se disponível para uso, porém permaneceu ocioso nos primeiros meses em razão de ajustes administrativos.

Considerando o tratamento contábil da depreciação e seu impacto na apuração do resultado, assinale a alternativa correta.

- (A) A depreciação deve ser iniciada somente quando o equipamento começar a ser efetivamente utilizado.
- (B) A depreciação deve ser reconhecida a partir do momento em que o equipamento estiver disponível para uso, mesmo que permaneça ocioso.
- (C) A depreciação deve ser suspensa enquanto o equipamento permanecer sem utilização.
- (D) A depreciação somente é reconhecida se houver geração direta de receita pelo ativo.
- (E) A depreciação deve ser registrada diretamente em conta do patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado, no período da ociosidade.

- 23.** Uma sociedade empresária, ao elaborar suas demonstrações contábeis, realizou a rerepresentação retrospectiva de determinados elementos relevantes do ativo e do patrimônio líquido, em razão de erro material identificado em exercícios anteriores.

Considerando a legislação contábil vigente e os requisitos normativos aplicáveis à apresentação das demonstrações contábeis, o conjunto mínimo de balanços patrimoniais que deve ser apresentado nessa situação é:

- (A) apenas dois balanços patrimoniais: o do período corrente e o do período anterior.
- (B) dois balanços patrimoniais e duas demonstrações do resultado, sem necessidade de balanço adicional.
- (C) três balanços patrimoniais: ao final do período corrente, ao final do período anterior e no início do período precedente.
- (D) três demonstrações do resultado, duas demonstrações do fluxo de caixa e apenas um balanço patrimonial.
- (E) dois balanços patrimoniais, desde que a rerepresentação não altere o patrimônio líquido.

De acordo com as Demonstrações Contábeis a seguir, responda às questões 24 e 25:

Dado: Utilize o critério de arredondamento com apenas duas casas após a vírgula.

Balanco Patrimonial Findo em 31/12/2024

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa	20.000,00	Fornecedores	290.000,00
Bancos	190.000,00	Empréstimos e financiamentos	150.000,00
Aplicações financeiras	600.000,00	Impostos a recolher	300.000,00
Contas a receber de clientes	250.000,00	Salários a pagar	290.000,00
Estoques	300.000,00	Contas a pagar	70.000,00
Adiantamentos	60.000,00		1.100.000,00
Demais contas a receber	80.000,00		
Impostos a compensar	120.000,00		
	1.620.000,00		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Títulos a receber	310.000,00	Empréstimos e financiamentos LP	228.000,00
Investimentos	390.000,00	Contas a pagar de longo prazo	85.336,00
Ativo Imobilizado	750.000,00		313.336,00
Depreciação Acumulada	(350.000,00)	Capital	1.000.000,00
Intangíveis	400.000,00	Reservas de capital	350.000,00
	1.500.000,00	Resultado do período	356.664,00
			1.706.664,00
	3.120.000,00	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.120.000,00

Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31/12/2024

Receitas Bruta de vendas	1.500.000,00
Impostos sobre vendas	(300.000,00)
Devoluções de vendas	(49.600,00)
Receita Líquida de vendas	1.150.400,00
Custos dos produtos vendidos	(525.000,00)
Lucro Bruto	625.400,00
Despesas operacionais	
Vendas	(75.000,00)
Administrativas, tributárias e gerais	(110.000,00)
Receita Financeiras, Líquida	105.000,00
Outras despesas operacionais	(5.000,00)
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	540.400,00
Imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(183.736,00)
Lucro líquido	356.664,00

24. Em conformidade com as Demonstrações Contábeis, a Liquidez Seca, em Reais, corresponde a:

- (A) 0,68
- (B) 1,20
- (C) 1,47
- (D) 1,50
- (E) 1,54

25. A margem líquida, em percentual, corresponde a:

- (A) 20,90
- (B) 23,45
- (C) 27,00
- (D) 31,00
- (E) 32,75

26. Uma pessoa jurídica tributada com base no lucro real, submetida ao regime não cumulativo, pretende apurar corretamente os valores de PIS e COFINS incidentes sobre a receita, bem como utilizar créditos permitidos sobre estoque existente no início do regime.

À luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta sobre as alíquotas aplicáveis e o aproveitamento de créditos relacionados à escrituração fiscal.

- (A) No regime não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 0,65%, e a da Cofins é de 3%, podendo a pessoa jurídica apropriar créditos apenas sobre despesas financeiras.
- (B) É vedada a utilização de créditos sobre estoque inicial quando do enquadramento no regime não cumulativo, pois esses valores não se relacionam com a receita do período.
- (C) As empresas sujeitas ao regime não cumulativo devem aplicar alíquotas fixas de 0,65% (PIS) e 3% (Cofins), independentemente da forma de apuração do lucro.
- (D) A legislação autoriza créditos apenas para insumos adquiridos após o início do regime não cumulativo, vedando qualquer aproveitamento sobre estoque existente.
- (E) A legislação estabelece alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS no regime não cumulativo, permitindo crédito sobre o estoque inicial, desde que comprovado por documentação hábil e devidamente escriturado.

27. Uma sociedade empresária tributada pelo lucro real pretende verificar se os valores calculados de Imposto de Renda - IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ao final do primeiro trimestre de 2025. Para tanto, a contabilidade forneceu as seguintes informações:

- Lucro antes do cálculo dos ajustes para IR e da CSLL – R\$ 550.000,00
- Total das adições temporárias no trimestre – R\$ 58.000,00
- Total das adições permanentes no trimestre – R\$ 12.000,00
- Total das exclusões permanentes no período – R\$ 18.500,00
- Total das exclusões temporárias no período – R\$ 8.500,00

Com base nessas informações, assinale a alternativa que contenha o valor total correto do IR, adicional do IR e CSLL no trimestre, em Reais.

- (A) 201.620,00
- (B) 195.620,00
- (C) 184.560,00
- (D) 180.350,00
- (E) 180.150,00

28. No âmbito da contabilidade aplicada ao setor público, os registros e as demonstrações devem respeitar aos princípios orçamentários e aspectos patrimoniais e financeiros, a fim de assegurar adequada transparência, controle e evidenciação da gestão pública.

Considerando esses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da universalidade determina que somente as despesas obrigatórias devam constar na Lei Orçamentária Anual.
- (B) O princípio da anualidade estabelece que o orçamento público terá vigência plurianual, compatível com o prazo do Plano Plurianual (PPA).
- (C) O princípio do orçamento bruto exige que todas as receitas e despesas constem na Lei Orçamentária Anual (LOA) em seus valores totais, vedadas quaisquer deduções.
- (D) O aspecto patrimonial limita-se ao registro das receitas arrecadadas em dinheiro, sem considerar ativos e passivos não financeiros.
- (E) O princípio da exclusividade permite que a Lei Orçamentária contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que relacionados à política fiscal.

29. Durante a execução da despesa pública, é necessário assegurar que os registros contábeis representem corretamente a existência do fato gerador da obrigação, evitando a dupla contagem do passivo financeiro.

Nesse contexto, é correto afirmar:

- (A) a fase “em liquidação” foi incluída ao PCASP para permitir o registro do fato gerador, independentemente do empenho, evitando a duplicidade no passivo financeiro.
- (B) toda despesa deve ser registrada apenas no momento do pagamento, uma vez que o fato gerador coincide obrigatoriamente com a saída de caixa.
- (C) o registro “em liquidação” substitui integralmente o empenho previsto na Lei nº 4.320/1964.
- (D) o passivo financeiro é composto exclusivamente por despesas já pagas no exercício corrente.
- (E) a fase “em liquidação” só pode ser utilizada após o encerramento do exercício financeiro.

30. Durante a execução de uma auditoria no setor público, o auditor precisa compreender claramente a natureza, finalidade e limites de sua atuação profissional, de forma a cumprir os objetivos gerais do trabalho de auditoria.

Considerando esses fundamentos, assinale a alternativa correta.

- (A) O auditor é responsável por detectar todas as distorções existentes nas demonstrações contábeis, independentemente de sua relevância.
- (B) O objetivo da auditoria é garantir absoluta conformidade das demonstrações contábeis com a estrutura de relatório financeiro, eliminando qualquer risco de erro ou fraude.
- (C) A atuação do auditor limita-se exclusivamente à verificação de cálculos e registros contábeis, sem considerar controles internos ou riscos da entidade.
- (D) O auditor deve apenas seguir a legislação vigente, não sendo necessário o cumprimento das normas específicas de auditoria quando houver conflito interpretativo.
- (E) O objetivo geral do auditor é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante, permitindo a emissão de uma opinião com base em evidência suficiente e apropriada.

31. Durante a auditoria das Demonstrações Contábeis (DCs) de uma entidade pública, o auditor independente concluiu que obteve evidência apropriada e suficiente e que as demonstrações estão livres de distorções relevantes, estando em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Nessas circunstâncias, a forma adequada de emissão do relatório deve conter, como primeira seção, a opinião do auditor expressa de maneira clara e direta.

Com base nessas informações, é correto afirmar que o auditor deverá emitir

- (A) uma opinião com ressalva, em função da complexidade do setor público.
- (B) uma opinião não modificada, pois não identificou efeito relevante nas DCs.
- (C) uma opinião adversa, devido à possibilidade de distorções futuras.
- (D) uma abstenção de opinião, por se tratar de entidade governamental.
- (E) um relatório condicionado à aprovação da governança.

32. Durante o planejamento da auditoria em uma entidade do setor público, o auditor deve compreender o sistema de controles internos de modo a identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Esse entendimento inclui a análise dos cinco componentes do sistema de controle interno e a identificação de controles que sejam relevantes para a auditoria.

Nesse contexto, é correto afirmar:

- (A) o auditor deve se limitar à análise do ambiente de controle, pois os demais componentes são de responsabilidade exclusiva da administração.
- (B) o auditor deve identificar e avaliar apenas os controles gerais de tecnologia da informação, pois estes abrangem todos os riscos de distorção relevante.
- (C) o auditor deve dispensar a avaliação do desenho dos controles, concentrando-se somente em testes substantivos.
- (D) o auditor deve obter entendimento dos componentes do sistema de controles internos, identificando aqueles que tratam riscos de distorção relevante no nível da afirmação, inclusive controles sobre lançamentos no livro diário.
- (E) o auditor somente deve considerar os controles internos relacionados às demonstrações publicadas, desconsiderando controles ligados ao ambiente de TI.

33. No âmbito da gestão fiscal responsável, a Lei Complementar nº 101/2000 impõe restrições rigorosas à prática de atos que impliquem aumento da despesa com pessoal, especialmente em períodos sensíveis do ciclo político e administrativo, bem como quando o ente já se encontra próximo ou acima dos limites legais.

Considerando essas restrições, assinale a alternativa correta.

- (A) O aumento de despesa com pessoal é permitido a qualquer tempo, desde que exista saldo disponível e autorização orçamentária.
- (B) A ultrapassagem do limite de despesa com pessoal não implica restrições imediatas, sendo necessário aguardar o encerramento do exercício financeiro.
- (C) Mesmo após atingir o percentual máximo permitido, o ente público pode conceder reajuste e ampliar o quadro de pessoal, desde que haja crescimento da arrecadação.
- (D) As limitações relativas à despesa com pessoal aplicam-se apenas ao Poder Executivo, não alcançando os demais Poderes.
- (E) É nulo o ato que provoque aumento da despesa com pessoal quando não observadas as exigências legais, inclusive quando praticado nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder ou órgão.

34. No âmbito da gestão fiscal responsável, a Receita Corrente Líquida (RCL) representa um dos principais parâmetros utilizados para o cálculo de limites legais relativos à despesa com pessoal, endividamento e concessão de garantias, sendo essencial para o equilíbrio fiscal do ente público.

Considerando seu conceito legal e sua forma de apuração, assinale a alternativa correta.

- (A) É a soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas também correntes, deduzidos, conforme o ente federativo, determinados valores previstos em lei, sendo apurada com base nos últimos doze meses, excluídas as duplicidades.
- (B) Corresponde exclusivamente à soma das receitas tributárias e das contribuições sociais arrecadadas no exercício financeiro, deduzidas apenas as restituições tributárias, sendo apurada com base nos últimos vinte e quatro meses, excluídas as duplicidades.
- (C) Representa o total das receitas correntes arrecadadas no exercício financeiro, excluídas exclusivamente as receitas de capital e as operações de crédito, apuradas no exercício corrente e previstas.
- (D) É composta exclusivamente pelas receitas correntes arrecadadas no exercício, sem qualquer tipo de dedução, incluindo receitas de capital e operações de crédito.
- (E) Corresponde à média das receitas correntes dos últimos cinco exercícios, deduzidas as despesas de capital e as aplicações financeiras realizadas pelo ente público.

35. No contexto da gestão orçamentária e patrimonial da Administração Pública, a correta compreensão do conceito e da classificação da receita pública é essencial para a adequada elaboração, execução e controle do orçamento.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Receita pública corresponde exclusivamente às entradas de recursos provenientes de tributos arrecadados, tendo como característica principal o seu caráter permanente e obrigatório.
- (B) São consideradas receitas públicas apenas os ingressos financeiros previstos na Lei Orçamentária Anual, sendo desconsiderados aqueles não previstos, ainda que arrecadados no exercício.
- (C) Receita pública compreende todos os ingressos de caráter definitivo que integrem o patrimônio público, classificados economicamente em receitas correntes e de capital, incluindo as provenientes de tributos, contribuições, serviços, operações de crédito e alienação de bens.
- (D) As receitas públicas englobam tanto as entradas orçamentárias quanto as entradas compensatórias, como depósitos e cauções, mesmo quando não produzem variação patrimonial.
- (E) Consideram-se receitas públicas apenas as entradas que aumentem o superávit financeiro, sendo excluídas aquelas destinadas à cobertura de despesas de capital.

36. No âmbito da gestão orçamentária do setor público, as despesas podem ser classificadas de acordo com o impacto que geram sobre a situação patrimonial do ente e com sua natureza econômica.

Assinale a alternativa correta acerca da classificação e dos efeitos das despesas públicas.

- (A) Despesa orçamentária efetiva é aquela que não altera o patrimônio líquido, sendo, por regra, classificada como despesa de capital.
- (B) Despesa corrente é sempre classificada como não efetiva, pois se destina apenas à manutenção de serviços públicos.
- (C) Despesa orçamentária não efetiva é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação patrimonial líquida, configurando fato contábil permutativo.
- (D) Despesa de capital nunca gera variação patrimonial diminutiva, pois está vinculada exclusivamente à incorporação de bens ao ativo.
- (E) Despesa extraorçamentária depende de autorização legislativa prévia, devendo constar, obrigatoriamente, na Lei Orçamentária Anual.

37. No âmbito da execução orçamentária, a transferência de recursos públicos para entidades privadas pode ocorrer por diferentes instrumentos jurídicos e classificações orçamentárias específicas.

Considerando as normas de classificação do gasto público, assinale a alternativa que corretamente identifica uma situação em que há transferência de recursos públicos para uma entidade privada sem fins lucrativos, vinculada à execução de serviços públicos mediante instrumento formal específico.

- (A) Despesas orçamentárias decorrentes de repasse direto a empresas privadas com fins lucrativos, para ampliação de sua capacidade produtiva, sem previsão contratual.
- (B) Despesas orçamentárias com pagamento de fornecedores privados por obras ou serviços contratados mediante concorrência pública.
- (C) Despesas com repasses automáticos a fundos privados de investimento para financiamento de políticas públicas, mesmo sem previsão constitucional.
- (D) Despesas orçamentárias decorrentes de transferências às organizações sociais ou outras entidades privadas sem fins lucrativos, para execução de serviços no âmbito de contrato de gestão firmado com o Poder Público.
- (E) Despesas orçamentárias com concessão de subvenções econômicas diretas e incondicionais a empresas privadas com fins lucrativos.

38. A transparência na gestão pública depende da adequada divulgação de informações fiscais e contábeis, permitindo o exercício do controle social e institucional. Entre os instrumentos previstos para esse fim, destaca-se o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que evidencia o cumprimento de limites e condições estabelecidos para a responsabilidade na gestão das contas públicas.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade e a periodicidade de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal no âmbito da administração pública.

- (A) O RGF tem por finalidade apresentar exclusivamente a arrecadação de tributos e deve ser publicado anualmente, ao final do exercício financeiro.
- (B) O RGF evidencia indicadores definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como despesa com pessoal, operações de crédito e dívida consolidada, devendo ser emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos.
- (C) O RGF é elaborado apenas pelo Poder Executivo e trata, exclusivamente, do acompanhamento da execução orçamentária mensal.
- (D) O RGF destina-se a demonstrar a evolução do patrimônio público e deve ser elaborado juntamente com o Balanço Patrimonial.
- (E) O RGF é facultativo para os municípios e somente obrigatório para a União e os Estados.

39. A respeito da fiscalização financeira, tributária e orçamentária, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Orgânica do Município de Matão.

- (A) O controle externo será exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas, de forma que as contas relativas à aplicação pelo Município dos recursos recebidos da União devem ser prestadas diretamente para a Câmara Municipal.
- (B) O balancete relativo à Receita e Despesa do mês anterior será encaminhado à Câmara e publicado mensalmente até o dia 10, mediante Edital afixado no edifício da Prefeitura e envio via e-mail aos municípios previamente cadastrados, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.
- (C) O controle externo será exercido diretamente pela Câmara Municipal, atuando o Tribunal de Contas como órgão auxiliar, no entanto, as contas da edilidade serão apresentadas e apreciadas direta e exclusivamente pelo Tribunal de Contas, em até dez dias, sob pena de violação à imparcialidade e à eficiência.
- (D) O Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas competente, até 31 de março do exercício seguinte, as suas contas e as da Câmara apresentadas pela Mesa devendo estas ser-lhe entregues até o dia 1º de março.
- (E) O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos é de competência privativa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o que deve ser finalizado até o dia 31 de dezembro do ano seguinte à sua apresentação.

40. Suponha que hoje é segunda-feira e que foi recebido o processo do Tribunal de Contas do Estado, com o respectivo parecer prévio, rejeitando as contas municipais. O Presidente da Câmara Municipal de Matão, Sr. José, não fez a sua leitura em Plenário, mas mandou publicá-lo e remeteu cópia à Secretaria Administrativa.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Matão, é correto afirmar que

- (A) o Presidente da Câmara agiu erroneamente, pois é vedado encaminhar o processo recebido do Tribunal de Contas antes de realizar sua leitura em Plenário.
- (B) após a publicação, o processo será enviado à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para emitir parecer, opinando sobre a aprovação ou rejeição do parecer do Tribunal de Contas.
- (C) o Presidente da Câmara agiu erroneamente, pois após a publicação o processo deveria ser diretamente encaminhado a um relator especial, designado pela Mesa, que teria o prazo improrrogável de 03 (três) dias para emitir parecer.
- (D) após a publicação, o processo será enviado à Comissão de Finanças e Orçamento, que emitirá parecer e, se este for no sentido da rejeição das contas do Executivo, o Presidente da Câmara marcará imediatamente o dia em que as contas serão julgadas pelo Plenário.
- (E) o Presidente da Câmara agiu erroneamente, pois, após a publicação, o processo deveria ser diretamente encaminhado à Comissão Especial, constituída por 03 (três) membros, que detém total liberdade para imputar novas acusações aos membros do Executivo, além daquelas sistematizadas no parecer do Tribunal de Contas.

41. De acordo com o Plano Diretor do Município de Matão, é correto afirmar que

- (A) deve ser considerado, como um dos objetivos para a construção de uma cidade sustentável, crescer gerando políticas urbanas voltadas para o plano de ação regional, promovendo, para isso, processos de centralização institucional e administrativa.
- (B) com o fim de atender as necessidades humanas especiais e garantir a dignidade a todos os municípios, há uma diretriz específica que impõe a modernização imediata da infraestrutura do transporte público escolar, assegurando aos alunos o acesso aos ônibus por meio de elevadores.
- (C) é dever do Poder Executivo desenvolver diretamente projeto de construção de pista para a prática do esporte ciclismo de “mountain bike” no Município, em locais que possuam características para sua prática coletiva.
- (D) o Poder Executivo tem por atribuição no que toca ao controle do uso do solo, incentivar o parcelamento do solo e evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos.
- (E) o Projeto “Abraçando o Lago” prevê a revitalização do Parque Ecológico e do lago de forma totalmente custeada através de patrocínios e de parcerias com empresas, comerciantes e profissionais liberais de Matão.

42. Considere que Luana é proprietária de um bar localizado no Município de Matão e, descumprindo conscientemente as regras, ela ocupou com mesas e cadeiras o canteiro central da via, além de ter instalado caixas de som nos postes e na arborização pública. João, servidor público responsável por fiscalizar o cumprimento do Código de Posturas do Município, durante uma fiscalização rotineira, constatou as infrações à legislação e imediatamente lavrou Auto de Infração, sem a presença de testemunhas. Luana, inconformada com a autuação, rejeitou-se a assinar o Auto de Infração.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Código de Posturas do Município de Matão, é correto afirmar que

- (A) o Auto de Infração é nulo, pois a sua lavratura depende da assinatura de, pelo menos, duas testemunhas.
- (B) a recusa de Luana em assinar o Auto de Infração agravará a penalidade que lhe for imputada, exceto se ela comprovar que João agiu com excesso de poderes.
- (C) João assume inteira responsabilidade pelo Auto que emitiu, sendo passível de punição por falta grave, em caso de omissão de informações imprescindíveis, erros ou excessos.
- (D) Luana agiu corretamente ao não assinar o Auto de Infração, pois sua aposição implicaria confissão.
- (E) João agiu erroneamente, pois o Auto de Infração deve ser lavrado na sede da repartição competente e não no local onde verificada a infração.

- 43.** De acordo com o Código Tributário do Município de Matão, considera-se sujeito passivo da obrigação tributária:
- (A) as pessoas jurídicas, mas não as sociedades não personificadas.
 - (B) a massa falida, mas não o espólio.
 - (C) os consórcios de empresas, mas não os condomínios residenciais.
 - (D) o espólio e as sociedades não personificadas.
 - (E) os condomínios não residenciais, exclusivamente se não for possível individualizar os proprietários pessoas físicas.
- 44.** Considere que os Membros da Câmara de Matão rejeitaram hoje o parecer prévio do Tribunal de Contas e, conseqüentemente, aprovaram as contas municipais.
- Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Matão, é correto afirmar que
- (A) aprovadas as contas municipais, será publicado o parecer do Tribunal de Contas com a decisão da Câmara Municipal e remetida a decisão ao Tribunal de Contas da União e do Estado.
 - (B) como as contas foram aprovadas, não é preciso encaminhar a decisão ao Ministério Público.
 - (C) a rejeição do parecer do Tribunal de Contas se deu pelo voto favorável de, pelo menos, três quartos dos membros da Câmara.
 - (D) a Câmara teve o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, para julgar as contas municipais.
 - (E) na sessão em que se discutiu as contas municipais, não houve a fase do Expediente, mas sim a da Explicação Pessoal, sendo o restante do tempo destinado à Ordem do Dia.
- 45.** O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trouxe, por meio do Censo de 2022, que a população do município de Matão corresponde a 79.033 pessoas.
- Com base na Constituição Federal brasileira de 1988, em municípios com mais de 50.000 habitantes até 80.000 habitantes, a exemplo do município de Matão, deve ser observado o limite máximo de
- (A) 9 vereadores.
 - (B) 11 vereadores.
 - (C) 13 vereadores.
 - (D) 15 vereadores.
 - (E) 17 vereadores.
- 46.** Diversos são os indicadores socioeconômicos municipais, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) um dos principais.
- Em relação ao IDHM, é correto afirmar:
- (A) municípios com índice maior que 0,700, como Matão, inserem-se na faixa de desenvolvimento médio.
 - (B) possui cinco faixas de desenvolvimento humano, quais sejam: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.
 - (C) foi criado em contraposição ao Índice de Gini, que varia de 0 (pior a distribuição de renda) a 1 (melhor a distribuição de renda).
 - (D) compõe-se de quatro dimensões, combinando dados de longevidade, educação, renda e saneamento básico.
 - (E) é um número que varia entre 0,000 (maior desenvolvimento) e 1,000 (menor desenvolvimento).
- 47.** No que diz respeito às suas funções fiscalizadoras e representativas, é correto afirmar que o poder Legislativo municipal
- (A) rejeita, desde que essa seja a decisão de dois terços de seus membros, o parecer prévio emitido sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.
 - (B) se compõe de vereadores eleitos por meio do sistema majoritário, favorecendo os candidatos mais votados dentro de cada um dos partidos políticos.
 - (C) possui a iniciativa para as leis de planejamento e orçamento, ou seja, plano diretor, estatuto das cidades, lei orçamentária, entre outras leis municipais.
 - (D) mantém, de forma integrada ao poder Executivo municipal, sistema de controle externo com vistas a cumprir as diversas finalidades previstas constitucionalmente.
 - (E) exerce a fiscalização municipal como órgão auxiliar dos Tribunais de Contas dos Estados, do Município, dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

48. O Orçamento Participativo (OP) é um processo que

- (A) permite que haja participação popular direta, configurando-se como um exemplo de instrumento da democracia representativa.
- (B) pode ser consultivo, quando a decisão final cabe à população, ou deliberativo, quando a população não possui poder de decisão.
- (C) ocorre em nível municipal, sendo impraticável realizá-lo nos entes estaduais e no ente federal, dada a dimensão territorial.
- (D) é realizado presencialmente, contando com a população e representantes do governo, inadmitindo-se o uso de plataformas digitais.
- (E) advém após o plano plurianual (PPA) e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), instrumentos que atuam na orientação da lei orçamentária anual (LOA).

49. O plano diretor é obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes, deve ser aprovado por lei municipal e configura-se como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada

- (A) um ano.
- (B) cinco anos.
- (C) dez anos.
- (D) quinze anos.
- (E) vinte anos.

50. A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão:

	A	B	C	D
1	Classe	Grupo	Subgrupo	Conta Contábil
2	1	1	1	1.01.1
3	1	2	2	1.02.2
4	1	5	3	1.05.3
5	1	10	4	1.10.4
6	1	15	10	1.15.10

O usuário digitou os valores nas colunas A a C, preencheu o cabeçalho na célula D1 para a coluna D, adicionou uma fórmula em D2 e, por fim, arrastando a alça de preenchimento de D2 até D6, preencheu o restante da planilha, conforme a imagem.

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula preenchida na célula D2 que corresponde aos procedimentos descritos no enunciado e aos valores exibidos na imagem.

- (A) =TEXTO(A2;"0")&"."&TEXTO(B2;"0")&"."&TEXTO(C2;"0")
- (B) =TEXTO(A2;"0")&"."&TEXTO(B2;"00")&"."&TEXTO(C2;"0")
- (C) =TEXTO(A2;"0")&"."&TEXTO(B2;"00")&"."&TEXTO(C2;"00")
- (D) =TEXTO(A2;"00")&"."&TEXTO(B2;"00")&"."&TEXTO(C2;"0")
- (E) =TEXTO(A2;"00")&"."&TEXTO(B2;"00")&"."&TEXTO(C2;"00")

RASCUNHO

